

## Ofício "S" nº 66, de 2009

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Iniciativa:

## Ementa:

Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da referida legislação, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Habeas Corpus nº 90.900, que declarou a inconstitucionalidade formal da Lei nº 11.819, de 2005, do Estado de São Paulo (dispõe sobre a implantação de aparelhos de videoconferências para interrogatório e audiências de presos à distância).

Assunto: -  
Data de Leitura: 30/11/2009

## Tramitação encerrada

Decisão: Prejudicada  
Destino: -  
Último local: -  
Último estado: 31/08/2010 - PREJUDICADA

## Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

## Relator(es):

Senador Tasso Jereissati (encerrado em 04/08/2010 - Substituído por "ad hoc")  
Senador Antonio Carlos Valadares (Relator Ad hoc) (encerrado em 04/08/2010 - Deliberação da matéria)

## TRAMITAÇÃO

22/09/2010 SF-SARQ - Secretaria de Arquivo  
Ação: ARQUIVADO.

13/09/2010 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE  
Ação: Anexado o Ofício SF nº 2031, de 13/09/10, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que foi declarada a prejudicialidade do Ofício "S" nº 66/09 (fl. 80).  
Ao Arquivo.

01/09/2010 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE  
Ação: Recebido neste órgão às 08:24 hs.

31/08/2010 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO  
Situação: PREJUDICADA  
Ação: Leitura do Parecer nº 1.300, de 2010-CCJ, relator ad hoc Senador Antonio Carlos Valadares, pelo arquivamento da matéria. Leitura do Ofício nº 254, de 2010-CCJ, comunicando que deliberou, em caráter terminativo, pela declaração de prejudicialidade

## TRAMITAÇÃO

da matéria.  
A Presidência declara a prejudicialidade da matéria.  
Será feita a devida comunicação ao Supremo Tribunal Federal.  
À SEXP.

*Publicado no DSF Páginas 43727-43735*

*Publicado no DSF Páginas 43909-43911*

---

**09/08/2010** SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

**Situação:** AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

**Ação:** Aguardando leitura do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

---

**06/08/2010** SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

**Ação:** Recebido neste órgão, nesta data.

---

**05/08/2010** SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Ação:** À SSCLSF, para prosseguimento da tramitação.

---

**04/08/2010** SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Situação:** APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES

**Ação:** Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Antonio Carlos Valadares.

A Comissão aprova a declaração de prejudicialidade do Ofício "S" nº 66, de 2009 (art. 334 do RISF).

Anexei o Ofício nº 254/2010- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF (fls. nº 78).

---

**21/06/2010** SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Situação:** INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

**Ação:** Matéria incluída na Pauta da Comissão.

---

**23/03/2010** SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Situação:** PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

**Ação:** Recebido o relatório do Senador Tasso Jereissati, com voto pelo arquivamento.  
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

---

**15/12/2009** SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Situação:** MATÉRIA COM A RELATORIA

**Ação:** Distribuído ao Senador Tasso Jereissati, para emitir relatório.

---

**03/12/2009** SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

## TRAMITAÇÃO

**Situação:** AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

**Ação:** Recebido nesta Comissão.

Matéria aguardando distribuição.

**01/12/2009** SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

**Ação:** A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do presente ofício.  
À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

*Publicado no DSF Páginas 63836-63905*

**30/11/2009** SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

**Ação:** Aguardando leitura.

**30/11/2009** SF-PLG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

**Situação:** AGUARDANDO LEITURA

**Ação:** Este processo contém 72 (setenta e duas) folha(s) numerada(s) e rubricada(s).  
À SSCLSF.

## DOCUMENTOS

## OFS 66/2009

**Data:** 30/11/2009

**Autor:** Supremo Tribunal Federal

**Local:** null

**Descrição/Ementa:** Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da referida legislação, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Habeas Corpus nº 90.900, que declarou a inconstitucionalidade formal da Lei nº 11.819, de 2005, do Estado de São Paulo (dispõe sobre a implantação de aparelhos de videoconferências para interrogatório e audiências de presos à distância).

## Avulso inicial da matéria

**Data:** 01/12/2009

**Autor:** -

**Local:** SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

**Ação Legislativa:** A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do presente ofício.  
À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

## Relatório Legislativo

**Data:** 23/03/2010

**Autor:** Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)

**Local:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Ação Legislativa:** Recebido o relatório do Senador Tasso Jereissati, com voto pelo arquivamento.  
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

### DOCUMENTOS

#### Parecer

**Data:** 04/08/2010

**Autor:** -

**Local:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Ação Legislativa:** Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Antonio Carlos Valadares.

A Comissão aprova a declaração de prejudicialidade do Ofício "S" nº 66, de 2009 (art. 334 do RISF).

Anexei o Ofício nº 254/2010- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF (fls. nº 78).

#### P.S 1300/2010

**Data:** 31/08/2010

**Autor:** -

**Local:** SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

**Ação Legislativa:** Leitura do Parecer nº 1.300, de 2010-CCJ, relator ad hoc Senador Antonio Carlos Valadares, pelo arquivamento da matéria. Leitura do Ofício nº 254, de 2010-CCJ, comunicando que deliberou, em caráter terminativo, pela declaração de prejudicialidade da matéria.

A Presidência declara a prejudicialidade da matéria.

Será feita a devida comunicação ao Supremo Tribunal Federal.

À SEXP.